



Os subsídios agrícolas europeus: características e perspectivas para o comércio mundial de açúcar

Nádia Jacqueline Coelho Tremea (UEPG) nhremea@uol.com.br

Resumo:

O objetivo principal do artigo é discorrer a respeito dos pagamentos de subsídios pela União Europeia aos seus países membros, para tanto, mostra a formação do bloco econômico europeu, a instituição da Política Agrícola Comum da União Europeia e as possibilidades de continuidade desta política. Verificou-se que o setor mais beneficiado com os aportes de subsídios é o setor açucareiro europeu. As conclusões apontam para a manutenção do pagamento de subsídios, mesmo sendo reduzidos, como forma de inclusão econômica e social dos produtores agrícolas, e enfrentamento da crise econômica.

Palavras chave: União Europeia, Subsídios, Açúcar.

The European agricultural subsidies: characteristics and perspectives for the world sugar trade

Abstract

This article's main goal is to discourse about the payment of subsidies by the European Union to its member states. In order to do so, it displays the formation of Europe's economic block, the institution of the Common Agricultural Policy in the European Union, and the possibilities in continuing that policy. It has been verified that the sector which benefited the most from the financial contribution of the subsidies is the European sugar sector. The conclusions point towards maintaining the payment of subsidies, even if reduced, as a way to economically and socially include the agricultural producers, and confront the economic crisis.

Key-words: European Union, Subsidies, Sugar.

1 Introdução

A Europa reconhecida como berço da civilização ocidental, inovadora na adoção de consistentes políticas de bem estar social, protagonista da construção de um bloco econômico considerado, até recentemente, como modelo, apresenta-se, nestes primórdios da segunda década do Século XXI, com profundos questionamentos a cerca de seu futuro.

Se no campo político se assistem discussões acaloradas nos parlamentos das nações europeias, junto à população são corriqueiros os protestos e as greves como forma de pressionar os governos a não aderirem às políticas econômicas contracionistas, evitando a precarização as condições sociais da população. Neste contexto os gastos da União Europeia com os subsídios agrícolas tornam-se importante questão de debate por viabilizarem a produção e ser fonte de bem estar social.

O objetivo principal deste artigo é discorrer sobre o complexo sistema de subsídios agrícolas europeus, pagos pela União Europeia aos seus membros, desde a sua instituição na década de 1950 e suas possibilidades de continuidade nos tempos atuais, considerando as novas regulamentações que devem ser implantadas a partir de 2013. Para tanto, divide-se a discussão em três tópicos, no primeiro discute-se a formação do bloco econômico “União Europeia”.

Na sequência, o artigo concentra-se na “Política Agrícola Comum”, a PAC, aplicada na União Europeia e na questão da distribuição de subsídios agrícolas com ênfase no caso do açúcar por ser o produto mais subsidiado. Ao final, breves considerações, à guisa de conclusão, são apresentadas.

2 A Europa e a União Europeia

No imediato pós II Guerra Mundial a Europa estava destruída, a fome, o desemprego e os traumas causados pelos horrores vividos eram parte do cotidiano das pessoas, a migração para outros continentes foi, para muitos, a única possibilidade de uma vida melhor.

No campo econômico, antes mesmo do término da Guerra, criou-se um sistema monetário internacional centrado no dólar, estabelecido na Conferência de Bretton Woods, em 1944, que alçou os Estados Unidos ao posto de potência hegemônica, a ele transferindo o poder sobre a economia mundial. Por outro lado, era necessária a reconstrução da Europa.

É inegável que o Plano Marshall, implantado a partir de 1947, por iniciativa e financiamento dos Estados Unidos, contribuiu de forma decisiva para a reconstrução, mas, também foi parte da estratégia americana de consolidação de sua hegemonia política e econômica, a Europa reconstruída não interessava apenas aos europeus, mas, em larga medida aos americanos, que garantiriam o mercado para os seus produtos, mantendo sua economia próxima dos níveis de pleno emprego. Foi também a oportunidade para as empresas multinacionais americanas fincarem suas subsidiárias em solo europeu.

Em uma atitude política inédita, visando a reconstrução de uma nova Europa, a Alemanha e a França, inimigos históricos, decidem, em 1950, associar-se para gerenciar em comum a produção de carvão e aço. Foi o primeiro passo concreto em direção à construção do bloco econômico europeu. De acordo com as informações da União Europeia (2012), em 1951, no Tratado de Paris, instituiu-se a “Europa dos Seis”: França, Alemanha, Itália, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo. No entanto, a Comunidade Econômica Europeia seria concretizada apenas em 1958, quando entrou em vigor o “Tratado de Roma”.

Em 1973, três países ingressam na Comunidade: o Reino Unido, a Dinamarca e a Irlanda. Nascia a “Europa dos Nove”. Foi, também, em 1973 que os países europeus, assim como todos os países importadores de petróleo, foram atingidos de forma contundente pelo I Choque do Petróleo, instalando-se uma crise grave, já que a Europa dependia de cerca de 70% de petróleo importado, utilizado como fonte de energia, combustível e matéria prima barata.

Por outro lado, no início da década de 1970 a Europa reconstruída e sólida economicamente acumulava reservas em dólares que tiveram origem nos saldos positivos de comércio e nas aplicações financeiras internacionais que amealhou ao longo do tempo, assim, o Choque do Petróleo beneficiou os bancos europeus que receberam um novo aporte de aplicações financeiras de “petrodólares” oriundas de nações, principalmente árabes, exportadoras de petróleo, e que foram, posteriormente, emprestados aos países importadores do óleo.

Em termos de circulação de mercadorias, pode-se considerar que a Comunidade Econômica Europeia foi um sucesso, ficando mais conhecida como “Mercado Comum Europeu”, embora, naqueles tempos iniciais, o livre trânsito de pessoas e capitais ainda sofresse restrições.

No aspecto político, a integração total seria realidade apenas em longo prazo e enfrentava, desde o início, as dificuldades de se renunciar a soberania nacional em prol de uma soberania supranacional e de reunir sob os mesmos interesses países com diversidades econômicas e

culturais distintas.

Em 1979, houve um importante avanço na integração econômica: a criação do “Sistema Monetário Europeu”, juntamente com o ECU (European Currency Unit), o acordo era que as taxas de câmbio entre as moedas dos países comunitários flutuaria em estreitos 2,25%, e com o compromisso adicional de coordenação de políticas monetárias. Em que pese ter sido uma forma de enfrentamento ao dólar como moeda internacional, foi também a pedra fundamental do Euro como moeda única.

A democratização da Grécia, de Portugal e da Espanha permitiu o ingresso destes países na Comunidade em 1981 (Grécia) e 1986 (Espanha e Portugal), ampliando-a para o Mediterrâneo e para doze membros.

Em 1986 o “Ato Único Europeu” estabeleceu como meta a ser atingida até o final de 1992, o estabelecimento progressivo da livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas, para tanto se implantaram 282 medidas concretas, dentre elas as que coordenavam as políticas econômicas dos países membros. Importantes, também, foram os fundos financeiros destinados aos países mais pobres da Comunidade, para que pudessem construir as condições para o seu desenvolvimento econômico e social.

A queda do muro de Berlim em 1989, a reunificação da Alemanha em 1990, a conversão à economia de mercado dos países anteriormente “socialistas” e a Guerra da Iugoslávia, trouxeram novas dinâmicas de negociação na Comunidade Europeia com vistas à total integração econômica.

Em 1º de novembro de 1993 entrou em vigor o “Tratado de Maastricht” que mudou a denominação de “Comunidade Econômica Europeia” para “União Europeia”, as medidas inovadoras importantes que instituiu foram a da cidadania europeia, a decisão de adotar uma moeda única em 1999, o Euro, a obrigação dos países membros de adotarem “critérios de convergência” para as suas políticas econômicas.

Em 1995 houve uma quarta ampliação da “União Europeia”, os países que ingressaram foram: Áustria, Finlândia e Suécia. Nascia a “Europa dos Quinze”.

Um novo tratado, depois de ratificado pelos países membros, entrou em vigor em 1999, era o “Tratado de Amsterdã”, cuja preocupação residia nos direitos humanos, na justiça e livre circulação de pessoas, para tanto incorporou os Acordos e Convênio de Schengen, já existentes desde 1985, entre os países do Benelux, Alemanha e França. Eximiram-se de participar da área Schengen e assim manter seus controles migratórios, o Reino Unido, a Irlanda e a Dinamarca. Nos demais países comunitários se passou a ter efetivamente a livre circulação de cidadãos europeus.

Na sequência, houve o Tratado de Nice, em 2003, cujo objetivo foi preparar o terreno para o ingresso de novos países, e depois o Tratado de Lisboa, que pretendia instituir uma Constituição Europeia que deve ser ratificada por todos os 27 membros, situação esta ainda não alcançada.

Em 2004, ocorreu a maior entrada de países na “União Europeia”, que passou a contar com 25 membros, os ingressantes foram: República Checa, Estônia, Chipre, Letônia, Lituânia, Hungria, Malta, Polônia, Eslovênia e Eslováquia. Em 2007, a Bulgária e a Romênia também ingressaram no Bloco, elevando a 27 o número de associados.

Não são todos os países da União Europeia que adotam o Euro como moeda, a chamada “Zona Euro”, ou “Eurosistema”, é formada por 17 Estados membros: Bélgica, Alemanha, Estônia, Irlanda, Grécia, Espanha, França, Itália, Chipre, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Áustria, Portugal, Eslovênia, Eslováquia e Finlândia.

Para que o Euro se tornasse moeda única foram adotados “critérios de convergência” que obrigam, dentre outras medidas, que a dívida pública dos países membros não ultrapasse o teto de 60% do PIB. No entanto, alguns países tem extrapolado este teto, caso da Grécia, tornando incerta a continuidade da moeda única.

A ampliação da União Europeia é fato que vem sendo questionado e até mesmo adiado devido à crise econômica, Rifkin (2005) lembra que a União Europeia não sendo limitada por restrições territoriais poderia até adotar membros mais distantes de suas fronteiras, com critérios mais direcionados por valores do que por condições geográficas.

Neste sentido, Bertonha (2010) questiona se a União Europeia seria um condomínio majoritariamente cristão e branco, como pretendem muitos, dentro de uma posição ideológica geradora de sérios conflitos que, inclusive, acirram a xenofobia.

Se assim o fosse, se possível a União Europeia gostaria muito mais de associar ao seu clube países como a Argentina, o Canadá e a Austrália do que seus vizinhos Turquia, Georgia e Armênia. No caso da Turquia pela possibilidade se tornar uma porta aberta ao terrorismo e da Georgia e Armênia por incorporarem pobreza e não riqueza ao bloco.

No mesmo diapasão a Ucrânia, a Moldávia e a Bielorrússia teriam maiores chances de inclusão.

3 A PAC: Política Agrícola Comum da União Europeia

Foi no “Tratado de Roma”, em 1958, que se criou a “Política Agrícola Comum” (PAC), que protege e subsidia a produção agropecuária dos países da União Europeia, garantindo a renda e o bem estar aos agricultores europeus. A Comissão Europeia para a Agricultura (2012, p.14) afirma que nos 27 Estados Membros cerca de 90% do território são zonas rurais, que abrigam 60% da população.

Os argumentos para a criação da PAC encontram-se na necessidade de viabilizar o setor agrícola europeu e na garantia de oferta de alimentos baratos aos consumidores, além da preservação do ambiente social e cultural das zonas rurais, que são na sua grande maioria, formadas por pequenas propriedades de agropecuária familiar.

A PAC é uma política pública comunitária, ou seja, praticada no âmbito da União Europeia, que pode ser enquadrada no arcabouço do estado de bem estar social europeu na forma de “subsídios agropecuários”. Os subsídios são ajudas dadas pela União Europeia aos agricultores para que eles não tenham prejuízos quando vendem seus produtos, ou seja, se os preços dos produtos agrícolas fossem formados no mercado, incluindo aí a possibilidade de uma maior oferta com gêneros similares importados, baixando os preços pelo aumento da quantidade ofertada, é bastante provável que, em muitas situações, o preço de mercado não cobrisse os custos, os subsídios podem ser pagos para redução de custos, para complementação de receitas, garantindo lucros aos produtores, através de crédito com juros negativos e simplesmente transferências unilaterais de recursos, a fundo perdido.

Os custos de produção agrícola podem ser elevados se não há economias de escala, ou seja, se as propriedades forem pequenas e com baixos níveis de produção. A organização em cooperativas é uma prática bastante comum na Europa para dar competitividade aos pequenos produtores, no entanto, se não fossem as ajudas governamentais, se o mercado ditasse os preços, eles tenderiam ao desaparecimento.

A questão alimentar é tida, na Europa, como de segurança nacional, basta lembrar que a sua história é de guerras e de fome, considere-se, ainda, que na maioria dos países europeus a produção agrícola é difícil pelas condições climáticas e de relevo, como nas muitas áreas montanhosas.

Há, ainda, o objetivo de se preservar o ambiente rural e dentro dele, o cultural, com a manutenção das características historicamente contruídas através dos séculos, com a fabricação, não rara vezes, artesanal de alimentos, criação de animais livres e produtos orgânicos, que conferem aos produtos a diferenciação através das certificações de origem, por exemplo, queijo parmesão (de Parma-Itália), presunto pata negra (da Extremadura – Espanha), champanhe (de Champagne – França) e que na visão da União Europeia são muito

mais que mercadorias à venda em mercados, pois, carregam em si toda a herança histórica e cultural das regiões onde são produzidas e devem ser protegidas por políticas públicas.

A União Europeia fornece “rótulos de qualidade” aos produtos indicando sua origem geográfica, a forma de produção, enfatizando os processos tradicionais e orgânicos, desta forma, contribuindo para que essas mercadorias carreguem em si a qualidade europeia como passaporte para a competitividade internacional.

No entanto, o agronegócio capitalista de grandes proporções tem sido um dos grandes beneficiados com os generosos subsídios, premiando, inclusive, empresas multinacionais. A organização não governamental “Farm Subsidy” formada por jornalistas e analistas de diversas áreas, sediada na Inglaterra, tem se preocupado com os milionários pagamentos de subsídios às empresas oligopolistas europeias.

A Farm Subsidy (2012) estima que há cerca de oito milhões de beneficiários de subsídios na União Europeia, a grande maioria recebedores individuais, em 2010 a eles foram repassados 55 bilhões de euros em subsídios através da PAC, no entanto, sob o abrigo da resolução que protege a divulgação de dados de recebedores individuais, apenas 563 mil recebedores haviam divulgado os dados relativos aos valores recebidos e referente ao uso de apenas 15,4 bilhões de euros, cerca de 28% do total dos recursos.

Isto ocorreu porque uma decisão de novembro de 2010, do Tribunal de Justiça da União Europeia, determinou que a divulgação de pagamentos de subsídios efetuados a pessoas individuais não deveriam ser declarados por violarem as suas privacidades, exigindo apenas das empresas e entidades coletivas a publicidade dos dados, impedindo a divulgação plena dos dados pela Comissão Europeia.

Com os dados disponíveis para 2010, a entidade levantou um montante de 1.330 recebedores de mais de um milhão de euros cada, mostrando, em síntese, uma divulgação de agentes intermediários e não de beneficiários finais, colocando até mesmo em dúvida o real destino dos recursos, conforme os dados da tabela 1 a seguir:

Nome do beneficiário	Atividade	País	Valores recebidos em euros
Fondul de Garantare a Creditului Rural - Ifn Sa	Banco estatal	Romênia	220.000.000,00
Edia Infraestruturas Alqueva	Água, saneamento	Portugal	103.070.334,00
Azucarera Ebro S. L.	Açúcar	Espanha	61.825.608,00
Xunta De Galicia	Governo	Espanha	45.767.443,00
Junta De Castilla Y León	Governo	Espanha	37.453.113,00
Vas Lauku Attīstības Fonds	Banco estatal	Letônia	37.283.856,00
A.O.P. F.In.A.F. Soc. Cons. A R.L.	Cooperativa rural	Itália	33.642.063,00
Ministerstvo Zemědělství	Ministério Agricultura	Rep. Tcheca	32.514.339,00
Junta De Extremadura	Governo	Espanha	29.332.681,00
Tereos Syral Iberia	Açúcar	Espanha	28.821.933,00
Total recebido em 2010			629.711.370,00

Fonte dos dados brutos: Farm Subsidy. www.farmsubsidy.org. Consultado em março de 2012.

Tabela 1 – Os dez maiores recebedores de subsídios da União Europeia em 2010

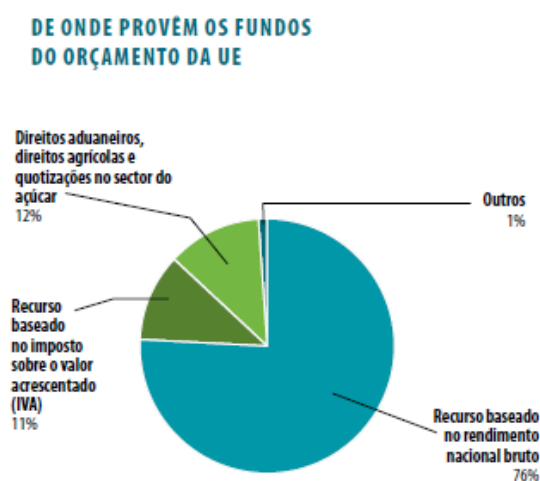
Outros dados importantes referem-se ao levantamento da “Farm Subsidy” de 2000 até o ano de 2009, estimando que os dez maiores recebedores de subsídios foram multinacionais europeias e destas, nove são produtores de açúcar, o montante total por eles recebido supera 1 bilhão de euros. Os maiores beneficiários afirmam que somente com os subsídios que recebem podem pagar melhores preços aos produtores agrícolas. Os dados encontram-se na tabela 2 a seguir:

Empresa	Períodos iniciais até 2009	País	Atividade principal	Valores em Euros
Saint Louis Sucre S.A.	Desde 2004	França	Açúcar	196.464.108
Tereos	Desde 2004	França	Açúcar	177.711.982
Krajowa	Desde 2006	Polônia	Açúcar	137.308.060
Azucarera Ebro	Desde 2000	Espanha	Açúcar	127.108.437
Doux	Desde 2004	França	Carnes de aves	119.202.517
Raffinerie Tirlemontoise	Desde 2002	Bélgica	Açúcar	81.365.071
Südzucker	Desde 2006	Polônia	Açúcar	66.539.556
Cristal Union Sca	Desde 2004	França	Açúcar	57.519.972
Isera Scaldis	Desde 2002	Bélgica	Açúcar	53.749.688
Pfeifer & Langen	Desde 2006	Polônia	Açúcar	53.413.960
Total recebido				1.070.383.351

Fonte dos dados brutos: Farm Subsidy. www.farmsubsidy.org. Consultado em março de 2012.

Tabela 2 – Os dez maiores recebedores de subsídios da União Europeia desde o ano de 2000

Os fundos financiadores da PAC têm origem na arrecadação geral da União Europeia, que são em sua maioria de recursos que se originam, em cerca de 76%, do valor que os países membros pagam sobre o seus Produtos Internos Brutos, ponderados de acordo com o tamanho e o crescimento de suas economias, conforme dados do Relatório Geral de 2010 (p.129) e visualizados na figura 1.



Fonte: Comissão Europeia.

Fonte: RELATÓRIO GERAL 2010. Disponível em www.europa.eu

Figura 1: Origem dos recursos da União Europeia

Note-se que aos fundos que se originam dos direitos aduaneiros e agrícolas se somam as tarifas quotas que se cobram das importações de açúcar, ficando bastante claro ser o setor açucareiro o mais protegido da União Europeia e como se observa na tabela 2, o que mais recebe transferências financeiras.

Em 2005 a Organização Mundial do Comércio, em atendimento a uma ação movida pelo Brasil, Austrália e Tailândia impôs à União Europeia um limite de exportações de açúcar de 1,35 milhão de toneladas por ano, segundo Folha On Line-Reuters (2011). Ainda que os subsídios à produção e ao consumo interno continuassem permitidos, na negociação também ficou acertado que a União Europeia iria reduzir o preço de compra da produção de açúcar dos produtores, para formação de estoques reguladores, que na época as informações da Folha On Line-Reuters (2005) indicavam que era US\$ 744,80 a tonelada, três vezes o preço praticado no mercado mundial, para US\$ 471,40 até 2009 ou 2010, mas, os produtores de açúcar, agricultores e empresários receberiam compensações por suas perdas. A indústria teria acesso a um fundo de US\$ 7,42 bilhões, e os produtores receberiam compensações financeiras pelas suas perdas de receita.

As maiores críticas à PAC referem-se às distorções no comércio internacional que os subsídios agrícolas ocasionam, principalmente quando o argumento é de que tais benefícios impedem o ingresso na União Europeia, e nos países europeus não comunitários, de produtos agropecuários dos países em desenvolvimento, caso do açúcar brasileiro, que é o de menor custo de produção do mundo, mas, que enfrenta as barreiras de subsídios na sua comercialização no continente europeu.

Por fim, um ponto importante diz respeito ao fim das quotas internas de produção do açúcar em 2015, prevista na PAC reformada, que entrará em vigor em 2013, liberando os produtores para oferecerem as quantidades que desejarem no mercado. De acordo com Folha On Line-Reuters (2011) para o ano de 2012 a produção máxima de açúcar permitida é de 13,3 milhões de toneladas, e dentro desta cota, produtores se beneficiam com um preço mínimo para o açúcar de beterraba de €26,29 por tonelada.

A Comissão Agrícola estima um baixo impacto com o fim das quotas de produção, em 2020 a produção europeia de açúcar será 1,7% maior e os preços 8,2% inferiores em relação a uma situação na qual se mantivesse o sistema de quotas, assim, uma maior produção de açúcar na União Europeia pode não ser uma situação vantajosa para os demais produtores mundiais, caso do Brasil, porque a oferta interna provida pelos produtores locais crescerá e os preços diminuirão.

Parte dos orçamentos da União Europeia são destinados a dois fundos especiais para o financiamento agrícola, o primeiro deles é o FEAGA – Fundo Europeu Agrícola de Garantia, que realiza pagamentos diretos aos agricultores e o outro é o FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, financiador de programas de desenvolvimento rural nos países membros.

Apesar de consumir cerca de 1/3 do total do orçamento comunitário, a União Europeia relata haver diminuído consideravelmente as despesas com o setor agrícola, que representavam perto de 70% nos anos 1970, passando para apenas 34% no período compreendido entre 2007 e 2013.

As distorções sobre o recebimento de subsídios milionários incluem o pagamento aos produtores que mesmo sendo muito ricos não abrem mão deles, é o caso relatado pela BBC (2012) que entre os beneficiados com subsídios no Reino Unido encontram-se a Rainha e o Duque de Westminster, pessoas notadamente ricas e que não necessitam de subvenções.

A União Europeia em seu relatório geral de 2010 (p.105), de certa forma, procura defender-se das acusações de protecionismo que impedem o ingresso de produtos agrícolas de nações mais pobres, mostrando gastos de 600 milhões de euros anuais de ajuda para a segurança alimentar destes países, beneficiando entre 2004 e 2010 cerca de 24 milhões de pessoas que

vivem em situação de extrema pobreza, principalmente em países africanos. Como exemplo, no mesmo relatório, o Zimbábue, em 2009, recebeu 26 mil toneladas de sementes e adubos, doados pela União Europeia e que foram distribuídas para 176 mil agricultores vulneráveis.

A PAC reformada, que entrará em vigor em janeiro de 2014, mantém os mesmos princípios que tem seguido desde a sua criação, mas com ênfase na distribuição dos subsídios de acordo com as peculiaridades de cada região, limitado, individualmente, a 300 mil euros por ano e por atividade agrícola, levando em conta a quantidade de empregos que gera para a família e assalariados. Prevê a intervenção pública para aquisição, armazenagem e seguros capazes de evitar as oscilações de mercado que prejudiquem os produtores.

A preservação ambiental é um ponto prioritário na nova PAC, que prevê que 30% dos recursos devem ser destinados aos produtores que diversificam culturas, mantêm pastagens permanentes e preservam áreas ecológicas e paisagens.

A pesquisa e desenvolvimento tecnológico na área agrônômica terá o orçamento duplicado, também será incentivada a formação de associações de agricultores e a diminuição dos intermediários entre eles e os consumidores.

Prevê financiamentos de 70 mil euros, para pagamento em cinco anos, para micro empreendimentos rurais, incentivos aos jovens agricultores, com menos de quarenta anos e um pagamento adicional de 500 a 1.000 euros por ano aos pequenos agricultores, bem como facilitar o arrendamento de terras aos que desejam produzir em terras ociosas.

Carbunaru (2012) afirma que a PAC reformada trará perspectivas de inserção dos países recentemente integrados, caso da Romênia, que pertence à União Europeia desde 2007, que contará com o dobro de subsídios a partir de 2014. O País pretende ser o “celeiro da Europa”, possui cerca de 15 milhões de hectares de terras agrícolas, com capacidade de alimentar 80 milhões de pessoas, com uma população local de 20 milhões de habitantes, podendo exportar grandes excedentes aos parceiros comunitários.

4 Considerações finais

Em primeiro lugar, fica clara a opção da União Europeia em manter os subsídios rurais, mesmo em contextos de baixa produtividade agropecuária causada por terras de difícil cultivo, dada as condições climáticas e de relevo, pequenas propriedades de subsistência, propriedades rurais ociosas, ocupadas por pessoas idosas, dentre outros. Neste contexto os subsídios são formas de preservação ambiental, cultural e de dignidade humana.

Por este motivo a PAC que entrará em vigor em 2014 pretende motivar o empreendedorismo rural, o associativismo e a participação de jovens na agropecuária europeia.

Depois, os subsídios sendo amealhados por grandes empresas parecem distorcer os objetivos de inserção a que se propõe, mas, há a justificativa de que a produção industrial necessita de economias de escala para ser lucrativa e somente assim se poderia pagar melhores preços aos produtores.

De todas as formas, a agricultura fora da União Europeia, notadamente em países emergentes, caso do Brasil, tem maior produtividade, como no caso do açúcar brasileiro que torna o País líder na produção, exportação e custo do produto, mas, que enfrenta dificuldades para vender para a União Europeia pela barreira dos subsídios recebidos pelos produtores europeus e as tarifas aduaneiras impostas.

Mas, o financiamento aos produtores rurais da União Europeia pode sofrer fortes revesses porque a maior parte dos recursos dos fundos que os mantêm originam-se dos Produtos Internos Brutos, que precisam crescer para gerá-los, entretanto a situação é de crise econômica, o FMI prevê uma contração do PIB, para a Zona do Euro de 0,3% em 2012 e um modesto crescimento de 0,9% em 2013.

Por fim, os subsídios que impedem os ingressos com maior facilidade das exportações agropecuárias mundiais na União Europeia são os mesmos que sustentam parte significativa da população e retirá-los seria uma forma de aprofundar a crise econômica, precarizar as condições de vida da população e gerar tensões sociais de grandes proporções.

Assim, no comércio extracomunitário parece evidente que a União Europeia somente importará aquilo que realmente necessite como commodities que não consegue ofertar em quantidades suficientes, enquanto o mercado interno continuará protegido, porque, em última instância, protege pessoas.

Referências

ALBUQUERQUE, V. **UE aprova redução de subsídios ao açúcar**. São Paulo. Folha de São Paulo: Folha Mercado, ed.25/11/2005. Disponível em: www.folha.uol.com.br. Acesso em abril de 2012.

ANÁLISE: União Europeia Seguirá Como Importador de Açúcar. Disponível em: www.folha.uol.com.br, ed. 21/10/11. Acesso em abril de 2012.

A UNIÃO Europeia: O Processo de Integração e a Cidadania Europeia. Disponível em: <http://www.historiasiglo20.org/europortug/>. Acesso em abril de 2012.

BERTONHA, J.F. A União Europeia no início do século XXI: expansão geográfica, indefinição política e irrelevância estratégica. **Meridiano 47**. vol. 11, n. 120, jul.-ago 2010. p. 25 a 32.

CARBUNARU, M. **Agricultores suíços produzem em terras romenas**. Disponível em: http://www.swissinfo.ch/por/reportagens/Agricultores_suicos_produzem_em_terras_romenas.html?cid=3216577 6. Acesso em maio de 2012.

COMISSÃO EUROPEIA: Agricultura e Desenvolvimento Rural. **A Política Comum Agrícola Explicada**. Disponível em: http://ec.europa.eu/agriculture/index_pt.htm

COMO Funciona A União Europeia. Disponível em: http://europa.eu/about-eu/index_pt.htm. Acesso em abril de 2012.

DURNWALDER, L. **A PAC no horizonte 2020: Responder aos desafios do futuro em matéria de alimentação, recursos naturais e territoriais**. Bruxelas: 90.^a reunião plenária do Comitê das Regiões da União Europeia. Maio 2011.

LATEST News & Reports From The Farmsubsidy.Org Network. Disponível em: <http://farmsubsidy.org>. Acesso em maio de 2012.

PERGUNTAS Parlamentares. Parlamento Europeu. 8 de Novembro 2011. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides>. Acesso em maio de 2012.

RICH Landowners Paid Millions In Farming Subsidies. Disponível em: www.bbc.co.uk/news/uk-17225652. Acesso em maio de 2012.

TRATADOS da UE. Disponível em: http://europa.eu/abc/treaties/index_pt.htm. Acesso em abril de 2012.

UNIÃO Europeia. A Comissão Europeia propõe uma nova parceria entre a Europa e os agricultores. Comunicado de Imprensa. Disponível em: <http://europa.eu>. Acesso em abril de 2012.